

# **CONCURSO PÚBLICO**

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

Aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção de elevadores nos vários edifícios do ISS, I.P. para o triénio 2026-2028

## **CADERNO DE ENCARGOS**

NPD 2225001989

<b>PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS.....</b>	<b>4</b>
1. OBJETO.....	4
2. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NÚMERO DE PROCESSO .....	4
3. CONTRATO .....	4
4. PARTES CONTRATANTES.....	5
5. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE .....	5
6. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES.....	5
7. CONTAGEM DOS PRAZOS .....	5
8. PRAZO DE EXECUÇÃO .....	5
9. PREÇO BASE .....	6
10. PREÇO CONTRATUAL .....	6
11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	7
12. PAGAMENTOS EM ATRASO E MORA NO PAGAMENTO .....	7
13. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO .....	7
14. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE.....	8
15. SEGUROS.....	9
16. CONFIDENCIALIDADE E DEVER DE SIGILO .....	9
17. CAUÇÃO .....	10
18. PENALIDADES CONTRATUAIS .....	11
19. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO .....	14
20. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE .....	14
21. FORÇA MAIOR .....	15
22. ALTERAÇÕES AO CONTRATO .....	16
23. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....	16
24. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....	16
25. GESTOR DO CONTRATO .....	16

<b>26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>18</b>

## **PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS**

### **1. OBJETO**

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção de elevadores, para os anos de 2026 a 2028 nos termos previstos e definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e demais anexos.

### **2. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NÚMERO DE PROCESSO**

O presente procedimento tem a seguinte designação “Aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção de elevadores nos vários edifícios do ISS, I.P. para o triénio 2026-2028”, a que corresponde o NPD 2225001989.

### **3. CONTRATO**

3.1 O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.

3.2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal;
- b) O suprimento de erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que aqueles tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto do artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O presente caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3.3 Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 3.2., a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3.4 Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 3.2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3.5 Quando não tenha sido exigida a redução do contrato a escrito, entende-se que o contrato resulta

da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do CCP.

#### **4. PARTES CONTRATANTES**

4.1 As partes contratantes são:

- a) O Instituto da Segurança Social, I.P. enquanto Entidade Adjudicante/Contraente Público, adiante designado por ISS, I.P.;
- b) O Adjudicatário, enquanto cocontratante.

4.2 Os contraentes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

#### **5. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE**

O Adjudicatário/cocontratante deverá informar a entidade adjudicante/contraente público das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:

- a) Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
- b) Nome ou denominação social;
- c) Endereço ou sede social;
- d) Quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação.

#### **6. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.

#### **7. CONTAGEM DOS PRAZOS**

A contagem dos prazos rege-se pelo disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio na sua atual redação e, supletivamente, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

#### **8. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 8.1 A execução do contrato terá a duração máxima prevista de 36 (trinta e seis) meses, com data de início prevista em 01 de janeiro de 2026 e termo a 31 de dezembro de 2028, sem possibilidade

de renovação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

- 8.2 Caso não seja possível iniciar-se a execução do contrato a 01 de janeiro de 2026, o contrato terá início com a sua outorga.

## 9. PREÇO BASE

9.1 O preço base global do procedimento é de **269.500,00 € (duzentos e sessenta e nove mil e cinquenta euros)**, ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor;

9.2 O preço base, por lote, é o seguinte:

Lote 1 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Norte - 102.000,00 €.

Lote 2 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Centro - 84.000,00 €.

Lote 3 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Lisboa - 13.000,00 €.

Lote 4 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Alentejo - 29.000,00 €.

Lote 5 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Algarve - 29.000,00 €.

Lote 6 – Prestação de serviços de EPVMC no Edifício Sede do ISS, I.P. – Av. 5 de Outubro nº 175 – Lisboa - 12.500,00 €.

9.3 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

9.4 O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

## 10. PREÇO CONTRATUAL

10.1 Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, a entidade adjudicante/contratante público pagará ao adjudicatário/cocontratante os serviços efetivamente prestados de acordo com o preço mensal, por instalação, indicado na proposta, até ao limite máximo do valor global da proposta, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

10.2 Os preços deverão ser apresentados com duas casas decimais, pelo que deverá considerar-se a regra geral dos arredondamentos.

10.3 Durante a vigência do presente contrato não haverá lugar à revisão do preço contratualizado.

10.4 O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante/contratante público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de

aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

## **11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1 O Adjudicatário/cocontratante deve proceder ao envio das faturas, ou emitir faturas eletrónicas aquando da sua implementação, em conformidade com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública, para o Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, 1069-451 Lisboa.
- 11.2 A fatura deve indicar, de forma discriminada, o valor correspondente ao(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), mencionando o n.º do processo, n.º do pedido e n.º do compromisso. Deverá ser emitida, mensalmente, uma única fatura por lote com o valor total.
- 11.3 O pagamento dos serviços efetivamente prestados será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas pela entidade adjudicante/ contraente público, através de emissão de cheque ou transferência bancária.
- 11.4 As faturas só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 11.5 Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante/ contraente público, quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Adjudicatário/cocontratante, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.

## **12. PAGAMENTOS EM ATRASO E MORA NO PAGAMENTO**

- 12.1 Consideram-se pagamentos em atraso os valores faturados não quitados e que permaneçam nessa situação por mais de 90 (noventa) dias.
- 12.2 Em caso de mora por parte do ISS, I.P. no cumprimento das obrigações de pagamento, tem o adjudicatário/cocontratante direito a juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.
- 12.3 A mora está sujeita aos regimes consagrados no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

## **13. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO**

Constituem obrigações do ISS, I.P.:

- a) Promover o acesso e comunicabilidade necessários à boa execução do serviço;
- b) Prestar, em tempo útil, os necessários esclarecimentos ao Adjudicatário/cocontratante;
- c) Informar o Adjudicatário/cocontratante sempre que tenha conhecimento prévio de algum evento que possa causar impacto no serviço ao prestar;

## 14. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE

14.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário/cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Assegurar a boa execução da prestação, de modo a garantir a execução dos serviços de acordo com o caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas;
- b) Assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- c) Cumprir com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento de dados e confidencialidade do prestador de serviços e recursos humanos que irão tratar da informação obtida com os serviços a prestar;
- d) O adjudicatário/cocontratante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com o ISS, I.P., devendo adotar medidas para que os seus técnicos cumpram com o dever de sigilo e confidencialidade no tratamento de dados.
- e) Exclui-se do dever de sigilo a informação e documentação que, comprovadamente, forem do domínio público, que o ISS, I.P. seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;
- f) Certificar-se que os recursos afetos à prestação do serviço se comprometem a observar o integral cumprimento das regras das boas práticas de ambiente, segurança e higiene no trabalho;
- g) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao ISS, I.P. seus colaboradores e terceiros;
- h) Proceder à comunicação de toda e qualquer situação que interfira com a qualidade do serviço prestado;
- i) O adjudicatário deverá ter disponível a maioria das peças de substituição que usualmente são objeto de deterioração.

14.2 A título acessório, o adjudicatário/cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a



recorrer a todos os meios, humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à boa prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## 15. SEGUROS

- 15.1 O Adjudicatário fica obrigado a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, um contrato de seguro que cumpra a obrigação de seguro de Responsabilidade Civil, nos termos e para efeitos do art.º 8º da Lei nº 65/2013, de 27 de Agosto e de acordo com os requisitos regulamentares vigentes aprovados pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), garantindo o pagamento das indemnizações que possam legalmente recair sobre o Adjudicatário, por responsabilidade civil resultante da atividade objeto do presente Procedimento.
- 15.2 As garantias da apólice devem ainda abranger uma cláusula de “Benefício do ISS, I.P.”, onde ficará definido que o Segurador, que aceitou o risco, não pode anular, reduzir nos capitais ou garantias, nem suspender a apólice em causa, antes de um prazo de 30 dias após notificação ao ISS, I.P. da sua intenção, podendo esta substituir-se ao Tomador do Seguro nas decisões inerentes a esses factos, sem prejuízo do direito de imputação ao Adjudicatário dos custos que tiver que suportar.
- 15.3 É da responsabilidade do Adjudicatário/cocontratante a cobertura de riscos causados ao ISS, I.P. ou a terceiros pelo exercício da sua atividade ou dos seus trabalhadores, através de apólice de seguros de acidentes de trabalho, seguro de responsabilidade civil, danos patrimoniais e demais seguros legalmente obrigatórios para a execução do serviço, sendo que o ISS, I.P. pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices supra referidas.
- 15.4 Todas as apólices de seguro e respetivas franquias constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada para o exercício da atividade em Portugal.

## 16. CONFIDENCIALIDADE E DEVER DE SIGILO

- 16.1 O adjudicatário/cocontratante obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação, conteúdo das bases de dados e documentação relativa ao ISS, IP de que possa ter conhecimento no decurso da execução do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, no Regulamento Geral de Proteção de Dados, relativa à proteção de dados pessoais.
- 16.2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado

direta e exclusivamente à execução do contrato.

16.3 Para a eficaz aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, Adjudicatário/cocontratante compromete-se a realizar as ações necessárias ao seu cumprimento por parte dos respetivos trabalhadores, que participam nas operações de tratamento.

16.4 Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que, comprovadamente, forem do domínio público, ou que o adjudicatário/cocontratante esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

16.5 Em especial, o adjudicatário/cocontratante obriga-se a:

- a) Respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados no âmbito da prestação de serviços;
- b) Remover e destruir, no termo da execução da prestação de serviços, todo e qualquer tipo de registo (digital ou em papel) relacionado com o serviço prestado;
- c) Garantir que terceiros, sobre a direta responsabilidade do adjudicatário, ou outros, afetos à prestação de serviços respeitem os deveres referidos;
- d) Entregar, quando solicitado pela entidade adjudicante, declarações de confidencialidade e de ausência de conflito de interesses subscritas pelos recursos que irá afetar à prestação de serviços.

## 17. CAUÇÃO

17.1 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.

17.2 Cumpridas todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário/cocontratante, o ISS, I.P. promove a liberação da caução nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

17.3 O ISS, I.P. pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.

17.4 Considera-se também existir perda da caução, quando houver lugar à resolução sancionatória do contrato, por qualquer um dos fundamentos previstos no presente caderno de encargos.

17.5 A perda da caução não prejudica eventual ação de indemnização, tendo em vista a reintegração dos prejuízos sofridos.

17.6 A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Adjudicatário/cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do ISS, I.P. para esse efeito, nos termos do artigo 296º do CCP.

## 18. PENALIDADES CONTRATUAIS

18.1 No caso de incumprimento das obrigações contratuais por razões imputáveis ao adjudicatário/cocontratante, poder-se-ão aplicar as penalidades contratuais definidas no ponto infra, nos termos do disposto nos artigos 329.º, 444.º e 451.º do CCP.

18.2 O ISS, I.P. poderá aplicar as multas contratuais previstas, para o caso de incumprimento das obrigações contratuais por razões imputáveis ao adjudicatário, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento quanto ao Relatório Anual e Final, conforme estabelecido nas alíneas h) e i) do ponto 3.4 das Cláusulas Técnicas deste Caderno Encargos, será aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 150,00€ (cento e cinquenta), por cada dia de atraso, e até ao cumprimento integral da obrigação.
- b) Pelo incumprimento quanto à inspeção geral extraordinária a cada uma das instalações de elevação objeto deste contrato, conforme definido no ponto 4.14 das Cláusulas Técnicas deste Caderno Encargos, será aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 50,00€ (cinquenta), por cada dia de atraso e para cada instalação, até ao cumprimento integral da obrigação.

18.3 A não comparência de qualquer elemento do Adjudicatário, independentemente do seu nível, em qualquer instalação ou local do âmbito da prestação de serviços, para o qual estava prevista a sua presença, o ISS, I.P. aplicará uma sanção de 1‰ (um por mil) do preço global contratual, sem prejuízo do integral ressarcimento dos prejuízos em que o ISS, I.P. incorrer em virtude do incumprimento do Adjudicatário.

18.4 Pelo incumprimento quanto aos Níveis de Serviço, conforme estabelece este Caderno de Encargos no clausulado técnico, que conjuga a ausência ou deficiente realização dos respetivos trabalhos, com a sequente indisponibilização das instalações, bem como o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos para as intervenções:

- a) Quando o adjudicatário/cocontratante tenha excedido em 1 (um) mês os prazos definidos no clausulado respetivo, será aplicada uma pontuação de 10 pontos por atraso por cada mês, sendo que decorridos mais de dois meses de incumprimento, será aplicada uma majoração de 50%.
- b) Pelo incumprimento das obrigações incluídas no Planeamento de Manutenção, e tendo por base o Plano de Manutenção mensal de cada instalação, será atribuída uma

pontuação desde 0 (zero) para o total cumprimento do referido plano, até 50 (cinquenta) pontos para a ausência do cumprimento do mesmo, sem prejuízo de não faturação dos serviços não prestados. A atribuição do valor da pontuação por atraso será obtida pela aplicação da regra da proporcionalidade.

- c) As intervenções não concluídas e transitadas do mês anterior, passam a integrar obrigatoriamente o Planeamento da Manutenção do mês em curso, pelo que a ausência reiterada do cumprimento destas, no todo ou em parte, determina igualmente a aplicação de uma penalidade calculada de acordo com a alínea anterior, sem prejuízo de eventual indemnização por prejuízos e danos emergentes da não resolução atempada das deficiências, ou da consequente indisponibilidade das instalações.
- d) No caso da alínea anterior a aplicação das penalidades será efetuada de acordo com a regra da proporcionalidade à totalidade das intervenções em falta.

18.5 Os tempos de resposta constantes do ponto 12. das Cláusulas Técnicas e que correspondem aos níveis de serviço a assegurar, obedecem ao seguinte regime de pontuação por atraso quanto ao seu incumprimento:

Tipo de Chamada e Serviço	Pontuação por atraso		
	1º Período	2º Período	3º Período e seguintes
Situações de emergência / urgência	0 pontos	1 ponto	2 pontos
Situações de avaria grave	0 pontos	1 ponto	2 pontos
Situações de avaria não urgentes	0 pontos	1 ponto	2 pontos

Onde:

•**Situações de emergência / urgentes** (unidade contagem é 30 minutos)

1º Período - Presença do Piquete da EMIE até meia hora após chamada

2º Período - Presença do Piquete da EMIE, até entre meia hora e 1 hora após chamada

3º Período - Presença do Piquete até entre 1 hora e períodos adicionais seguintes de meia hora após chamada

•**Situações de avaria grave** (unidade contagem é 1 semana)

1º Período - Anomalia solucionada até 3 semanas após deteção da mesma

2º Período - Anomalia solucionada até entre 3 semanas e 4 semanas após deteção da mesma

3º Período - Anomalia solucionada até entre 4 semanas e períodos adicionais seguintes de 1 semana após deteção da mesma

•**Situações de avaria não urgente** (unidade contagem é 1 semana)

1º Período - Anomalia solucionada até ao término do período acordado com a entidade adjudicante, após deteção da mesma.

2º Período - Anomalia solucionada até ao final da semana adicional seguinte ao término do período acordado com a entidade adjudicante, após deteção da mesma.

3º Período - Anomalia solucionada até entre a semana adicional ao término do período acordado com a entidade adjudicante, e períodos adicionais seguintes de 1 semana após deteção da mesma.

18.6 A cada ponto atribuído por atraso na resposta às situações previstas nos níveis de serviço, corresponde uma sanção de natureza pecuniária de 50,00€ (cinquenta).

18.7 O valor da pontuação por atraso será calculado pela acumulação das pontuações mensais.

18.8 Por cada conjunto de 6 (seis) meses sem qualquer pontuação, serão retirados 50 (cinquenta) pontos ao valor da pontuação por atraso até ao valor limite de 0 (zero).

18.9 A qualquer incumprimento e/ou cumprimento defeituoso que não se subsuma nos pontos anteriores, será aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 2% do preço contratual, e até ao cumprimento integral das obrigações constantes do caderno de encargos.

18.10 A cobrança das eventuais sanções em que o Adjudicatário incorra, será efetuada, a critério do ISS, I.P., designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade, sem mais formalidades, ou por acionamento das garantias a favor do ISS, I.P.

18.11 Na determinação da gravidade do incumprimento, o ISS, I.P. tem ainda em consideração a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e consequências do incumprimento.

18.12 A aplicação de sanções de natureza pecuniária não obsta a que o ISS, I.P. exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento contratual.

18.13 O valor acumulado das sanções de natureza pecuniária não pode exceder 20% do preço

contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato prevista no capítulo seguinte.

18.14 Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

## **19. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO**

19.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o ISS, I.P. pode resolver o contrato a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário/cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:

- a) Falhas que ponham em causa a missão do serviço público;
- b) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
- c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato a celebrar e do presente caderno de encargos.

19.2 O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.

19.3 Em caso de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Adjudicatário/cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o ISS, I.P. poder executar a caução prestada pelo adjudicatário/cocontratante.

19.4 Independentemente da conduta do Adjudicatário/cocontratante, o ISS, I.P. reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334º e 335º do CCP.

## **20. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE**

20.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário/cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

20.2 No caso mencionado no ponto anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adjudicante/contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a entidade adjudicante/contraente público cumprir as

obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

## 21. FORÇA MAIOR

21.1 Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário/cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe sejam razoavelmente exigíveis de contornar ou evitar.

21.2 Constituem força maior, os seguintes acontecimentos: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

21.3 Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

21.4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

21.5 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações

contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **22. ALTERAÇÕES AO CONTRATO**

22.1 Para efeitos de qualquer alteração durante a execução do contrato, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida essa alteração.

22.2 Para efeitos do disposto no número anterior, as alterações ao contrato serão formalizadas por adenda escrita ao mesmo.

22.3 A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das principais prestações abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **23. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **24. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual dependem de prévia autorização e regem-se pelo estatuído nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

## **25. GESTOR DO CONTRATO**

26.1 O ISS, I.P., enquanto entidade adjudicante, designará o(s) gestor(es) do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, na sua atual redação.

26.2 O gestor do contrato exercerá as suas funções de acordo com os termos definidos no art.º 290.º-A do CCP, devidamente adequadas ao contrato a celebrar.

26.3 O adjudicatário/cocontratante será informado da designação do(s) gestor(es) do contrato aquando da decisão de adjudicação e/ou com a outorga do contrato.

## **26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Na celebração do contrato e em tudo o que este for omissa, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei



n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação.

## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### 1. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção para as instalações de elevação nos vários edifícios do ISS, I.P. – Triénio 2026 – 2028.

1.2 A prestação de serviços tem como objeto um total de 84 (oitenta e quatro) instalações que apresentam as características técnicas indicadas no Anexo A (Lista de Elevadores) para os seguintes lotes:

Lote 1 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Norte;

Lote 2 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Centro;

Lote 3 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Lisboa

Lote 4 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Alentejo;

Lote 5 – Prestação de serviços de EPVMC na Região Algarve;

Lote 6 – Prestação de serviços de EPVMC no Edifício Sede do ISS, I.P. – Av. 5 de Outubro nº 175 – Lisboa.

1.3 Nos lotes 1 a 5 solicitam-se os serviços de manutenção completa (composta por serviços de manutenção preventiva e serviços de manutenção corretiva) e no lote 6 solicitam-se os serviços de manutenção simples (composta por serviços de manutenção preventiva):

- a. Os serviços de manutenção preventiva contemplam as tarefas e a periodicidade estabelecidas no Anexo B ao presente caderno de encargos;
- b. Os serviços de manutenção corretiva contemplam todas as tarefas a realizar após a ocorrência de uma falha, com ou sem imobilização do equipamento, com o objetivo de restaurar a capacidade produtiva das instalações.

1.4. As instalações de elevação identificadas no Anexo A, poderão sofrer alterações de redução ou acréscimo por motivos de encerramento ou abertura de serviços.

1.5. Compete ao adjudicatário assegurar a gestão técnica e operacional do contrato, de acordo com o definido nas normas e regulamentos legais, no caderno de encargos e nas cláusulas técnicas.

1.6. As empresas de manutenção de elevadores deverão prestar assistência não só aos equipamentos que instalam, como também a equipamentos fabricados e instalados por outras empresas concorrentes, o que requer desde logo o acesso a componentes para substituição e conhecimento das várias tecnologias em causa.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

Pretende-se contratualizar:

- **serviço de manutenção completa para os equipamentos do lote 1, lote 2, lote 3, lote 4 e lote 5**, destinado a manter a instalações de elevação em boas condições de segurança e funcionamento, incluindo a substituição ou reparação de componentes deteriorados em função do normal funcionamento da instalação, sempre que se justificar, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro e na Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto, assim como da demais legislação vigente aplicável.

- **serviço de manutenção simples para os equipamentos do lote 6**, destinado a manter a instalação de elevação em boas condições de segurança e funcionamento, sem incluir substituição de componentes, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro e demais legislação vigente.

## 3. ÂMBITO DO CONTRATO

3.1 Sem prejuízo do referido nos Pontos 1 e 2, incluindo o respeitante ao Anexo A, documento anexo ao presente Caderno de Encargos, assim como do cumprimento do Anexo B (Lista de tarefas dos planos de manutenção preventiva programada), documento anexo ao presente Caderno de Encargos, o adjudicatário deve cumprir no mínimo o seguinte:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Código dos Contratos Públicos (CCP);
- c) A Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto, que aprovou os requisitos de acesso e exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações;
- d) O Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, que aprovou as disposições aplicáveis à manutenção de instalações de elevação;
- e) O Despacho n.º 9644/2010 que aprovou a lista de normas portuguesas que transpõem as normas harmonizadas no âmbito da Diretiva n.º 95/16/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho de 1995, relativa a ascensores;
- f) O Decreto-Lei n.º 295/98, de 22 de setembro, que estabelece os princípios gerais de segurança a que devem obedecer as instalações e respetivos componentes de segurança necessários à sua colocação no mercado assim como à avaliação da conformidade e marcação

CE;

g) Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;

h) Legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável.

i) Legislação para recolha de resíduos

3.2 Terão ainda de ser respeitadas as disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

3.3. Nas suas relações com todos os intervenientes, empreiteiros, fornecedores, prestadores de serviços, etc., o Adjudicatário obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pela entidade adjudicante, no âmbito do contrato a celebrar e do presente Caderno de Encargos e Anexos.

3.4 O adjudicatário encontra-se vinculado às seguintes obrigações:

- a) Cumprimento do serviço de manutenção completa nas instalações de elevação dos lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e de manutenção simples nas instalações de elevação do lote 6, conforme o disposto no Dec. Lei nº 320/2002, de 28 dezembro, nomeadamente no Anexo II, e o cumprimento dos requisitos definidos na legislação em vigor, nomeadamente os requisitos relativos ao SCE e demais legislação em vigor.
- b) Cumprimento das especificações e caracterização dos principais serviços incluídos no Contrato de Manutenção Completa, Contrato de Manutenção Simples e os definidos nos Anexos a este Caderno de Encargos.
- c) Cumprimento da periodicidade adequada à realização dos trabalhos de manutenção para assegurar que não há desperdício de energia na utilização dos equipamentos nem de materiais nefastos para a saúde.
- d) Identificação e recolha de materiais nocivos nas instalações de elevação, recolha seletiva, transporte e despejo dos desperdícios e resíduos da atividade para posterior tratamento e reciclagem.
- e) No que diz respeito aos filtros de ventilação instalados nos equipamentos, estes deverão respeitar no mínimo o cumprimento da certificação ISO 16890-1:2016, na sua redação atual, que define as especificações técnicas, requisitos e sistema de classificação dos filtros assente na eficiência energética dos equipamentos, ou equivalente. Sempre que possível e

não coloque em causa a qualidade do ar nem o cumprimento de normas legais vigentes, são utilizadas peças reparadas ou recicladas.

- f) Pagamento da taxa de inspeção periódica prevista na lei, emissão, preenchimento e tramitação de todos os procedimentos conducentes à realização da referida inspeção.
- g) Caso seja necessário efetuar a reinspeção ou reinspeções, por motivos não imputáveis à entidade adjudicante, é da responsabilidade do adjudicatário o(s) pagamento(s) da(s) respetiva(s) taxa(s), conforme o estabelecido no nº 2.3 do Anexo V, ao Dec. Lei nº 320/2002, de 28 dezembro.
- h) Antes do final de cada ano civil, o adjudicatário elaborará, até ao dia 30 de novembro do ano a que respeite, um relatório anual, que será entregue ao adjudicante, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridas.
- i) Do mesmo modo, e até 10 (dez) dias antes do término do contrato, o adjudicatário elaborará um relatório final, que será entregue ao adjudicante, discriminando os acontecimentos mais importantes nas diversas fases da execução do contrato, o qual deverá obrigatoriamente descrever o estado geral dos equipamentos.

#### **4. REQUISITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

4.1 Os serviços de manutenção respeitarão todas as obrigações previstas na legislação aplicável, nomeadamente o Dec. Lei nº 320/2002, de 28 dezembro, e a Lei nº 65/2013, de 27 de agosto, e devem ser executados segundo as regras da boa arte, tendo em conta a norma harmonizada EN 13015: 2001 – Manutenção de elevadores e escadas mecânicas: regras para as instruções de manutenção.

4.2 O adjudicatário elaborará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o início da vigência do contrato, o Relatório de Caracterização do Estado Inicial das Instalações, com propostas de reparação, melhoria ou beneficiação.

4.3 O adjudicatário tem a obrigação de preparar e garantir a presença do técnico responsável pela manutenção das instalações de elevação, ou do seu substituto se for caso disso, em reuniões técnicas de acompanhamento, se solicitado pela entidade adjudicante, podendo ser abordados os seguintes assuntos, entre outros:

- a) Validação dos planos de manutenção preventiva específicos de cada instalação de elevação.
- b) Entrega e análise dos relatórios técnicos de manutenção em formato a acordar com o adjudicante, e contendo no mínimo a documentação referente à execução da manutenção periódica programada, e pontual corretiva.
- c) Análise do cumprimento do plano de trabalhos de manutenção periódica programada e

eventuais ajustes ao mesmo.

- d) Análise de eventuais avarias e respetivas causas, e definição de ações de melhoria tendentes a resolver as situações mais comuns.
- e) Análise e decisão de todas as situações relacionadas com as inspeções periódicas.
- f) Análise dos indicadores de desempenho e níveis de serviço de cada instalação de elevação, e aplicação de eventuais sanções e penalidades se aplicável.

4.4 Todas as situações de avaria e/ou intervenção, serão registadas no livro de manutenção referente a cada instalação de elevação.

4.5 Durante as intervenções de manutenção preventiva e/ou corretiva, deverá ser sempre assegurado o funcionamento dos serviços, pelo que todos os trabalhos e o horário de execução dos mesmos, serão sujeitos a prévia concordância do adjudicante.

4.6 O adjudicatário deverá assegurar o acompanhamento presencial, por um ou mais técnicos da EMIE, de todos os atos realizados no âmbito de inspeções e/ou reinspeções às instalações de elevação, assim como de inquéritos e peritagens legalmente exigíveis.

4.7 O adjudicatário deverá colaborar e prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados pelo adjudicante, fornecendo todos os elementos necessários para o efeito.

4.8 O adjudicatário é responsável por todos os prejuízos e danos causados à entidade adjudicante ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da execução do contrato, por si ou por seus subcontratados, da atuação do seu pessoal, ou do deficiente comportamento dos materiais ou equipamentos por si fornecidos e instalados, incluindo a sua interligação com os equipamentos existentes, e pelas avarias causadas a equipamentos do adjudicante ou de terceiros.

4.9 O adjudicatário disponibilizará e garantirá, durante o período de vigência do contrato por instalação, todo o equipamento de tele-emergência necessário para assegurar a comunicação bidirecional entre o interior da cabine e o centro de atendimento da EMIE, 24 horas por dia. O sistema de comunicação ou equivalente técnica, é obrigatório de acordo com o Decreto-Lei 295/98 de 22 de setembro, devendo o custo das comunicações estar incluído na proposta;

4.10 O adjudicatário deverá marcar, realizar e proceder ao cumprimento dos prazos legalmente estipulados, para o pagamento à Câmara Municipal respetiva ou a um seu representante, das taxas relativas às inspeções legais obrigatórias a efetuar às instalações de acordo com as periodicidades definidas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, artigo 8.º, ponto 1, dando conhecimento desse facto à entidade adjudicante.

4.11 O Adjudicatário deve estar habilitado com todos os documentos e elementos necessários para a realização da inspeção e ao pagamento de todas as taxas, não podendo a entidade adjudicante ser responsabilizada pela falta dessa informação.

4.12 Se houver necessidade de serem efetuadas reinspeções por deficiências imputáveis ao adjudicatário, é da responsabilidade deste promover e marcar as reinspeções junto das entidades competentes, e assumir todos os custos inerentes. A entidade adjudicante se assim o entender, pode acompanhar a inspeção ou as reinspeções subsequentes se aplicável, devendo dar conhecimento prévio dessa intenção ao adjudicatário.

4.13 Compete ao adjudicatário afixar em local visível, na instalação alvo de inspeção, o certificado de inspeção periódica emitido pela entidade que realizou a inspeção.

4.14 Nos 3 (três) meses antes do fim da vigência do contrato, o adjudicatário é responsável por efetuar uma inspeção-geral extraordinária a cada uma das instalações, sendo da sua responsabilidade os custos inerentes, para avaliar o estado destas, e emitir um relatório de caracterização do estado final das instalações. O relatório deve ser entregue impreterivelmente no prazo máximo de 2 (dois) meses. O Adjudicatário deve dar conhecimento à entidade adjudicante do agendamento da inspeção.

4.15 O adjudicatário é responsável por apresentar, previamente à instalação e montagem de qualquer material (sobresselente, consumível, equipamento, peça ou sistema do âmbito do contrato de manutenção simples ou completa), toda a informação que permita caracterizar tecnicamente o bem. No caso de soluções técnicas, deve ser apresentada uma proposta ou um orçamento do mesmo, que para além do trabalho a executar, contenha informação técnica do que se pretende fornecer. Caso a entidade adjudicante assim o entenda, tendo como referência a importância do bem para a instalação ou o valor da proposta, deve ainda juntar àquele documento, uma “Análise do Custo do Ciclo de Vida” comparativa do bem em causa.

4.16 Colaborar com todos os utentes e com eventuais elementos externos que sejam prestadores de serviços ou não, de forma a conseguir-se uma indispensável compatibilização dos trabalhos envolvidos nas diferentes prestações de serviços em vigor, bem como ainda a respeitar as normas de acesso e circulação nas instalações do edifício.

4.17 O Adjudicatário deve considerar todos os meios necessários para a realização atempada das intervenções, nomeadamente mão-de-obra especializada, aparelhos de medida, ferramentas, EPI, peças ou componentes de reserva, consumíveis ou materiais de desgaste rápido, equipamentos para controlo da condição (diagnóstico, medida e teste), meios de elevação, meios de limpeza, autorizações de entidades municipais, policiais ou outras, se aplicável.

4.18 O Adjudicatário disponibilizará uma Equipa de Piquete para assistência técnica 24 horas por dia todos os dias do ano, para responder aos pedidos de intervenção efetuados, ou aprovados, pela entidade adjudicante que impliquem imobilização da instalação, para repor o normal funcionamento das instalações devido a avarias, situações provocadas por atos de vandalismo ou picos de corrente.

4.19 O Adjudicatário disponibilizará todos os meios técnicos e logísticos para intervenções rápidas de desencarceramento de pessoas, no âmbito da assistência técnica permanente da Equipa de Piquete;

4.20 Devem ser colocados avisos para os utilizadores em locais apropriados, informando que estão a decorrer trabalhos de manutenção e qual a data-hora de disponibilização das instalações, antes de iniciar qualquer intervenção, independentemente do tipo ou urgência da mesma.

4.21 A entidade adjudicante deve ser informada imediatamente, sempre que nas zonas técnicas das instalações (casa das máquinas inclusive), sejam armazenados, mesmo que temporariamente, objetos ou materiais estranhos à instalação, ou que as mesmas sejam utilizadas para quaisquer outros fins não relacionados com a atividade.

4.22 Considera-se incluído na prestação de serviços de manutenção completa a substituição e/ou reparação de componentes, serviços de engenharia e fornecimentos obrigatórios, independentemente do tipo de instalação existente, no mínimo os seguintes:

- a) Análise e registo das condições de funcionamento, inspeção, limpeza e lubrificação dos órgãos mecânicos;
- b) Fornecimento dos produtos de lubrificação e de limpeza, incluindo o óleo do redutor e das centrais hidráulicas;
- c) Limpeza anual do poço, da caixa, da cobertura da cabina, da casa das máquinas e dos locais das rodas do desvio;
- d) Inspeção semestral aos cabos de tração e substituí-los se necessário;
- e) Verificação semestral do estado de funcionamento dos paraquedas e substituí-los se necessário;
- f) Verificação do estado e substituição se necessário, de peças ou componentes deteriorados, em resultado do normal funcionamento incluindo, nomeadamente:
  - Órgãos da caixa constituídos por: cabos de tração, do limitador de velocidade, de compensação e do seletor de pisos e de fim de curso, cabos elétricos flexíveis, rodas de desvio e paraquedas;
  - Órgãos da casa das máquinas constituídos por: motor e ou gerador elétrico, máquina de tração, freio, maxilas de frenagem e os componentes do quadro de manobra cuja tensão nominal tenha uma tolerância inferior a 5%;
  - Manutenção e substituição de elementos decorativos (tais como espelhos e corrimões, p.ex.);
  - Mão de obra para a manutenção ou substituição das peças, materiais ou órgãos deteriorados, por vandalismo ou uso anormal;
- g) Para além do referido acima neste capítulo, o Adjudicatário deve ainda incluir, e onde tecnicamente aplicável, o seguinte:



- Mensalmente efetuar o teste de funcionamento ao sistema de comunicação de tele-emergência bidirecional entre o interior da cabine e o Centro de Atendimento da EMIE;
- Anualmente, realizar um ensaio por ultrassons aos veios e rodas dos cabos dos elevadores para monitorizar e registar a concentração de tensões do veio principal e do veio da roda de aderência com três apoios, por forma a se poder antecipar o surgimento de fissuras ou fraturas por fadiga;
- Avaliar e registar com periodicidade anual o escorregamento dos cabos nas polis;
- Efetuar com uma periodicidade mínima anual, análises termográficas aos quadros elétricos, e emissão de relatório técnico;
- Manutenção anual às UPS / Baterias (se aplicável);
- Reparação ou substituição de peças ou componentes deteriorados, em resultado do normal funcionamento da instalação, que já não cumpram a função esperada incluindo, os elementos de revestimento ou decorativos;
- Emitir as etiquetas legais necessárias a uma boa identificação dos equipamentos (onde aplicável);
- Outras que o Adjudicatário entenda por necessário considerar.

## **5. REQUISITOS RELATIVOS AOS ENSAIOS DOS EQUIPAMENTOS REPARADOS OU SUBSTITUÍDOS**

5.1 Todos os equipamentos reparados ou substituídos deverão ser sujeitos a inspeções/testes de bom funcionamento, no sentido de comprovar que os mesmos se encontram aptos a satisfazer as condições das normas técnicas oficiais aplicáveis

5.2 As inspeções/testes serão executados por conta e risco do adjudicatário.

5.3 O adjudicatário deverá fornecer os programas de testes e as fichas de registo de medições e de verificações a realizar em fábrica, se aplicável.

## **6. REQUISITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES EM GARANTIA**

6.1 No âmbito da prestação de serviços, na manutenção às instalações em garantia, sempre que aplicável, o Adjudicatário obriga-se a:

- a) Efetuar a manutenção das instalações em período de garantia. As tarefas incluídas nestes casos, são todas as exigidas no manual da instalação, ou na sua falta, as indicadas pelo

fabricante, e/ou representante/fornecedor.

- b) Incluir as intervenções obrigatórias que complementam as referidas na alínea anterior e que constam no Caderno de Encargos e nestas Especificações Técnicas;
- c) Alertar de imediato a entidade adjudicante, o representante/fornecedor da instalação, o empreiteiro/instalador (se aplicável), em caso de avaria ou sinal de deficiente funcionamento durante o período de garantia, não devendo efetuar qualquer intervenção, exceto se houver risco de dano agravado ou risco de vida humana.

## **7. LIMPEZA**

7.1 No âmbito da prestação de serviços, o Adjudicatário obriga-se a:

- a) Garantir, para além das ações específicas de limpeza previstas nos planos de manutenção de cada instalação, a limpeza de todos os locais intervencionados, a remoção de lixos, detritos e entulhos diretamente relacionados com as suas intervenções, bem como manter sempre limpos e arrumados os locais e as áreas técnicas a si afetas;
- b) Proceder à triagem, acondicionamento, eliminação ou reciclagem de todos os resíduos produzidos, quando aplicável, de acordo com a legislação em vigor, devendo do mesmo, fazer prova junto da entidade adjudicante, através da respetiva guia de depósito para local licenciado para o efeito.

## **8. MATERIAIS, MEIOS E SERVIÇOS INCLUÍDOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

8.1 Encontram-se incluídos na prestação de serviços, todos os materiais, equipamentos, meios e serviços necessários para a realização plena da prestação de serviços de acordo com o Caderno de Encargos e respetivas Especificações Técnicas e das constantes da proposta do adjudicatário.

8.2 Para além do referido no número anterior, encontram-se também incluídos na prestação de serviços o fornecimento dos seguintes consumíveis:

- a) Produtos, materiais e equipamentos e meios gerais de limpeza e remoção de desperdícios;
- b) Massas, produtos de lubrificação, inibidores de corrosão, silicones e tintas para retoques;
- c) Porcas, parafusos, bujões, braçadeiras, anilhas e terminais de utilização geral;
- d) Troços de condutores elétricos para substituição de outros danificados independentemente da sua importância na instalação, fios elétricos multifilares e unifilares, terminais de olhal, terminais de encaixe e terminais para condutores elétricos;
- e) Led's e lâmpadas de sinalização de painéis de comando de iluminação, iluminação de cabina,

fusíveis e etiquetas de identificação, incluindo os botões de cabine e de piso;

f) Dispositivos elétricos e mecânicos do para-quedas de segurança;

8.3 Todo o material a aplicar/fornecer, nomeadamente os referidos no número anterior, deve respeitar sempre as referências indicadas pelas marcas existentes e instaladas, ou equivalentes, desde que a durabilidade e fiabilidade seja comprovadamente igual ou superior, estando, no entanto, sujeitos à aprovação prévia da entidade adjudicante.

8.4 Na prestação de serviços devem estar incluídos todos os meios, serviços, trabalhos e equipamentos acessórios e complementares que garantam o perfeito funcionamento e operação das instalações, nomeadamente, deslocações, cargas, transportes, limpezas, reparação de zonas afetadas pelos trabalhos, meios de elevação, equipamentos e meios de segurança e sinalização, bem como autorizações municipais.

8.5 Deve o adjudicatário providenciar a presença do Técnico Responsável pela Manutenção, ou ser representado por um delegado devidamente credenciado para o efeito, nas instalações para acompanhar sempre que necessário ou solicitado antecipadamente pela entidade adjudicante, a realização de:

- a) Inspeções sejam elas periódicas, extraordinárias ou reinspeções;
- b) Ensaios ou testes;
- c) Relatórios técnicos;
- d) Inquéritos;
- e) Peritagens legais;
- f) Outros serviços que sejam requeridos pela Direção Geral de Energia e Geologia, ou por qualquer outra entidade com poderes legais no âmbito da certificação e fiscalização das instalações, devendo o Adjudicatário disponibilizar todos os meios necessários para a sua realização.

## **9. ENCARGOS INCLUIDOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

9.1 Para além dos encargos referidos e das obrigações definidas no Caderno de Encargos e nas Especificações Técnicas, consideram-se incluídos na presente Prestação de Serviços, todos os custos relativos a:

- a) Inspeções, serviços, fornecimentos e meios obrigatórios no âmbito da prestação de serviços;
- b) O cumprimento da prestação de serviços, nomeadamente, com o pessoal, (inclui deslocações e estadias), viaturas, logística e despesas correntes;

- c) A reparação, substituição ou beneficiação de bens;
- d) Os meios e serviços extraordinários necessários para a execução da prestação de serviços;
- e) Os consumíveis inerentes à prestação de serviço, em particular o fornecimento de produtos de lubrificação, de limpeza e óleos para atesto;
- f) As taxas referentes a inspeções legais que ocorram durante o período contratual da prestação de serviço. As reinspeções por causas imputáveis ao Adjudicatário devem ser assumidas por este, devendo ter em atenção o nível de serviço exigido;
- g) Os custos associados à gestão dos resíduos resultantes das intervenções da prestação de serviços;
- h) Os custos decorrentes da gestão, manuseamento, transporte e armazenamento de peças sobresselentes e consumíveis;
- i) Os encargos decorrentes dos seguros exigidos;
- j) Os impostos ou taxas que existam na legislação em vigor à data de entrega da proposta.

## **10. HORÁRIO E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

10.1 As intervenções de manutenção devem ocorrer durante o horário de funcionamento do Edifício, exceto as que interfiram com o seu normal funcionamento ou que devido à sua obrigatoriedade ou especificidade técnica, tenham que ser executados fora daquele horário.

10.2 A eventual possibilidade de realização dos trabalhos fora daquele horário será da responsabilidade do Adjudicatário, não havendo nunca lugar a custos adicionais para a entidade adjudicante, devendo, no entanto, ser sempre solicitada a esta, a respetiva autorização prévia.

10.3 O adjudicatário obriga-se a respeitar os regulamentos internos e de segurança, da entidade adjudicante e do Edifício onde se realiza a prestação de serviços, nomeadamente quanto à limitação de acesso a áreas restritas, e a não perturbar o seu normal funcionamento.

## **11. GARANTIAS**

11.1 A garantia a prestar pelo Adjudicatário para qualquer atividade por si executada no âmbito do Contrato é no mínimo de 3 (três) anos, a contar da data da sua realização, receção e aceitação da intervenção de reparação e/ou substituição dos equipamentos, devendo a aprovação da execução pela entidade adjudicante ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês após a sua realização.

11.2 Durante o prazo de garantia, o adjudicatário obriga-se a proceder, imediatamente e por sua conta e risco, às substituições de materiais e a executar todos os trabalhos de reparação de todos os defeitos

que se verifiquem, causados tanto por deficiência na execução, como também por deficiência nos materiais utilizados.

11.3 O adjudicatário deverá entregar o certificado do fabricante, acompanhado de tradução (caso esteja redigido em língua estrangeira), no qual se ateste que o equipamento de substituição é novo e foi manufaturado na referida fábrica.

11.4 A garantia abrange:

11.4.1 O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

11.4.2 A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos;

11.4.3 A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos;

11.4.4 O fornecimento, a montagem ou a instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

11.4.5 O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos para o local da sua reparação ou substituição, e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

11.4.6 A deslocação ao local da instalação ou de entrega.

11.4.7 A mão de obra;

11.4.8 A reparação ou substituição de materiais, e equipamentos, prevista na presente cláusula, deve ser iniciada imediatamente após notificação da entidade adjudicante, e realizada dentro de um prazo considerado razoável, fixado pelo adjudicante, e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

11.5 Os prazos de garantia dos materiais aplicados e/ou equipamentos instalados, são os definidos por lei ou pelo fabricante, usufruindo a entidade adjudicante do prazo mais favorável.

11.6 Sempre que da sua ação resulte algum dano ou funcionamento inadequado, o Adjudicatário deverá efetuar de imediato a reposição das condições esperadas, iniciando-se para o fornecimento uma nova contagem do período de garantia, nas condições referidas nos números anteriores.

## **12. NÍVEIS DE SERVIÇO**

12.1 O adjudicatário deve cumprir os níveis de serviço indicados nos pontos seguintes, sob pena de lhe poderem ser aplicadas sanções e penalidades contratuais, nos termos do artigo 18.º das cláusulas gerais.

12.2 Em situação de desencarceramento e resgate de passageiros, ou outras situações consideradas de emergência:

- a) O tempo de resposta máximo, do piquete da EMIE é de meia hora, após a efetivação do pedido;
- b) A equipa do piquete da EMIE deverá realizar o diagnóstico da situação de avaria, e proceder à reposição do funcionamento do elevador, no prazo definido para a situação de manutenção corretiva.
- c) Em todas as situações deverá ser verificado o correto funcionamento do botão de alarme e do sistema bidirecional.

12.3 Em caso de avaria grave, com imobilização do equipamento, e sequente colocação do elevador fora de serviço, pelo piquete da EMIE, a manutenção corretiva respetiva deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O tempo de resolução deste tipo de avaria, e reposição do funcionamento do elevador terá um prazo de até 3 semanas, a partir da data de imobilização do equipamento.
- b) Por motivo não imputável ao adjudicatário, o prazo acima referido poderá ser ultrapassado caso seja necessário proceder à substituição de peças ou acessórios, não disponíveis em tempo útil. O adjudicatário deverá, no entanto, ter disponível em stock a maioria das peças de substituição que usualmente são objeto de deterioração.
- c) A comunicação pelo adjudicatário à entidade adjudicante, da forma e prazo de resolução da avaria, será de 48 h após a realização do pedido.

12.4 Em caso de avaria não urgente, que não impeça o funcionamento do equipamento, a manutenção corretiva respetiva deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O tempo de resolução deste tipo de avaria será o prazo acordado com a entidade adjudicante, contado a partir da constatação da anomalia.
- b) Por motivo não imputável ao adjudicatário, o prazo acima referido poderá ser ultrapassado caso seja necessário proceder à substituição de peças ou acessórios, não disponíveis em tempo útil. O adjudicatário deverá, no entanto, ter disponível em stock a maioria das peças de substituição que usualmente são objeto de deterioração.
- c) A comunicação da forma e do prazo da resolução da anomalia, será de 48h após a realização do pedido.

12.5 Os prazos acima definidos poderão ser ultrapassados desde que com o prévio acordo da entidade adjudicante.

12.6 Na situação de manutenção preventiva programada, o adjudicatário deverá planear as

intervenção periódicas, e programar a execução dos trabalhos de forma a não prejudicar a normal atividade da entidade adjudicante, e informar esta antecipadamente da(s) data(s) e hora(s), em que pretende realizar a manutenção programada.

12.7 Após as visitas periódicas ou a realização de quaisquer trabalhos de manutenção das instalações de elevação, sejam eles, pontuais para a substituição ou reparação de componentes deteriorados, ou periódicos segundo as visitas mensais de manutenção programada, o adjudicatário deverá elaborar e enviar para o adjudicante, no prazo de até 5 dias úteis, a contar do fim da execução da manutenção programada, um relatório discriminado da intervenção.